

INCLUSÃO DO ALUNO COM MICROCEFALIA: A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PERNAMBUCO

Rebeka Rayane Araujo de Lima¹; Renan Belém da Silva²; Osias Raimundo da Silva Júnior³;
Vycttor Mateus de Melo Alves da Silva⁴

¹Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, rebekaravane24@gmail.com

²Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, renanbs14@gmail.com

³Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, juniorsilvapi@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, vycttormateus1@gmail.com

RESUMO.

A microcefalia pode ser causada com diversos fatores, desde anormalidades genéticas até infecções durante a gestação, como rubéola, toxoplasmose, HIV, entre outras. Descobriu-se recentemente que o Zika Vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*, também é um causador da microcefalia, principalmente no primeiro trimestre da gestação. A microcefalia não é apenas um problema físico, onde os portadores apresentam uma diminuição do perímetro cefálico, mas também neurológico, psíquico e motor. Um indivíduo com microcefalia poderá ter um déficit cognitivo, problemas visuais, déficit auditivos e motores, atraso no desenvolvimento e epilepsia. O objetivo do presente trabalho consta-se em identificar se os professores da Educação Infantil das escolas regulares, estão se especializando para ensinar crianças com microcefalia, fazendo um comparativo daqueles que trabalham na rede pública e na rede particular de ensino. Foram selecionadas seis escolas que possuem a Educação Infantil, sendo três da rede pública e as outras três da rede privada, todas elas localizadas na Região Metropolitana do Recife. Avaliou-se através de um questionário respondido pelos professores durante o período de agosto ao início de setembro de 2017, os aspectos que envolvem uma infraestrutura adequada, a capacidade de acolhimento da escola e a preparação dos docentes. Todas as professoras que responderam o questionário, seja da rede pública ou privada, não estão preparadas para receber as crianças com microcefalia, além disso muitas delas informaram que a instituição que trabalha não possui uma infraestrutura adequada e que a mesma poderia não receber esses alunos. Embora existam leis para melhorar a educação inclusiva, à realidade nas escolas foge dos padrões pré-estabelecidos, onde, de maneira geral tanto as escolas públicas quanto as privadas analisadas estão sem condições de apresentar um trabalho satisfatório para atender as crianças que possuem microcefalia. Visto isso, é de grande importância que haja mudanças na infraestrutura e que esses professores se tornem capacitados para que os alunos com microcefalia possam ser englobados de forma eficaz.

Palavras chaves: Microcefalia; Educação inclusiva; Escolas.

INTRODUÇÃO.

As anomalias congênitas, incluindo as microcefalias, têm etiologia complexa e multifatorial, e podem ser causadas por anomalias cromossômicas, exposições a teratógenos

ambientais, doenças metabólicas, bem como por doenças maternas durante a gravidez. Podem ser primárias, se presentes ao nascimento, ou secundárias, quando se desenvolvem após o nascimento. As microcefalias primárias caracterizam-se pelo perímetro cefálico inferior a dois desvios-padrão (DP) da média específica para o sexo e idade gestacional. Embora prática, a definição de microcefalia a partir do perímetro cefálico pode incluir cérebros com desenvolvimento normal. (MARINHO, 2016)

O Ministério da Saúde declarou, em novembro de 2015, estado de emergência sanitária nacional devido a um surto em Pernambuco de neonatos com microcefalia, com o registro de 268 casos. O valor é muito superior à média do período 2010- 2014: nove casos por ano. O número cresce de forma alarmante, sugerindo que poderá haver milhares de crianças afetadas. De acordo com o último Informe Epidemiológico sobre Microcefalia, divulgado antes do fechamento da edição desse suplemento, em 08/12/2015, foram registrados 1.761 casos suspeitos de microcefalia, em 422 municípios de 14 unidades da federação. O estado de Pernambuco registrou o maior número de casos (804). Em seguida estão os estados de Paraíba (316), Bahia (180), Rio Grande do Norte (106), Sergipe (96), Alagoas (81), Ceará (40), Maranhão (37), Piauí (36), Tocantins (29), Rio de Janeiro (23), Mato Grosso do Sul (9), Goiás (3) e Distrito Federal (1). Outros estados investigam casos suspeitos como Minas Gerais e São Paulo. (REIS, 2017)

A microcefalia pode ser causada com diversos fatores, desde anormalidades genéticas até infecções durante a gestação, como rubéola, toxoplasmose, HIV, entre outras. Descobriu-se recentemente que o Zika Vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*, também é um causador da microcefalia, principalmente no primeiro trimestre da gestação.

O Zika Vírus é responsável por atacar células cerebrais fetais, conhecidas como células progenitoras neurais. Elas são responsáveis pela formação dos ossos e da cartilagem do crânio, por isso há uma má-formação craniana. Porém, a microcefalia não é apenas um problema físico, onde os portadores apresentam uma diminuição do perímetro cefálico, mas também neurológico, psíquico e motor. O nível da seqüela vai variar de um caso para outro, de acordo com a área cerebral atingida. Um indivíduo com microcefalia poderá ter um déficit cognitivo, problemas visuais, déficit auditivos e motores, atraso no desenvolvimento e epilepsia.

É preciso garantir o direito e a permanência dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino. Dessa forma, procura-se investigar para saber como está sendo feito o processo de inclusão das crianças com microcefalia nas escolas de ensino comum.

Desse modo, percebe-se que as crianças com microcefalia necessitam de atenção e cuidados específicos que de acordo com Fonseca (1995): (...) nos nossos dias, o direito de ser diferente é também visto como um direito humano, que passa naturalmente pela análise crítica dos critérios sociais que impõe a reprodução e preservação de uma sociedade (e de uma escola) baseada na lógica da homogeneidade em normas de rentabilidade e eficácia, que tendem facilmente a marginalizar e a segregar quem não acompanha as exigências e os ritmos sofisticados.

O objetivo do presente trabalho consta-se em identificar se os professores da Educação Infantil das escolas regulares, local aonde ainda encontram-se docentes sem muita qualificação e um ambiente ainda não adequado totalmente para atender as necessidades de educandos com deficiências, estão se especializando para ensinar crianças com microcefalia, fazendo um comparativo daqueles que trabalham na rede pública e na rede particular de ensino.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (MEC, 2013). A escolha da Educação infantil para este trabalho se deu pela necessidade dos profissionais que trabalham nessa área de conhecerem sobre a microcefalia, já que eles vão receber posteriormente nas escolas esse público.

METODOLOGIA.

Foram selecionadas seis escolas que possuem a Educação Infantil, sendo três da rede pública e as outras três da rede privada, todas elas localizadas na Região Metropolitana do Recife. Avaliou-se através de um questionário respondido pelos professores durante o período de agosto ao início de setembro de 2017, os aspectos que envolvem uma infraestrutura adequada, a capacidade de acolhimento da escola e a preparação dos docentes.

Todos os participantes eram do sexo feminino, sendo que a maioria dos docentes (nove) dão aula entre 20 a 30 anos, enquanto (cinco) dos docentes lecionam a cerca de 10 a 17 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

A primeira escola analisada pertence à rede municipal de ensino. Ela possui três turmas no horário da manhã e três turmas no horário da tarde, voltadas para a Educação Infantil. O questionário foi respondido por duas professoras, ambas tiveram em sua graduação um suporte direcionado a educação inclusiva, mas relataram que nunca foi discutido a questão da microcefalia durante a sua formação. As mesmas nunca passaram pela experiência de dar aula a uma criança com microcefalia e não se sentiriam à vontade dando aula para esse público. Informaram também, que o município e a escola não oferecem capacitações periódicas e recursos para trabalhar com deficientes. Em uma das perguntas, elas disseram que a instituição não possui uma infraestrutura adequada para receber esses alunos, mas que os acolheriam.

A segunda escola selecionada é da rede municipal de ensino, onde o questionário foi respondido por duas professoras que não tiveram nenhuma preparação na sua graduação direcionada à educação inclusiva, muito menos voltada para crianças com microcefalia. Elas nunca passaram pela experiência de dar aula a uma criança com essa deficiência e não se sentiram à vontade dando aula para esse público. Relataram também, que não estão se preparando para receber essas crianças e o município e a escola não oferecem nenhuma capacitação para trabalhar com alunos deficientes. Uma das professoras informou que a escola acolheria esses alunos, visto que já existem na instituição várias crianças com autismo e com Síndrome de Down, por exemplo. A outra professora disse que a escola os acolheria, mas não efetuariam um trabalho satisfatório, pois a instituição não possuiu uma infraestrutura adequada.

A terceira escola analisada pertence ao município, onde duas das três professoras que trabalham na instituição, tiveram em sua graduação um suporte direcionado a educação inclusiva, mas todas relataram que não houve nenhum direcionamento a crianças com microcefalia. As três professoras nunca passaram pela experiência de dar aula a uma criança com essa deficiência, mas duas delas se sentiriam à vontade dando aula para esse público. Relataram que o município e a escola oferecem capacitações para trabalhar com alunos deficientes, mas uma das professoras nunca foi para essas capacitações. Elas informaram que a escola não possui uma infraestrutura adequada

para receber essas crianças. Duas das professoras disseram que a escola acolheria esses alunos e uma delas não soube responder a pergunta.

A quarta escola analisada é da rede privada de ensino e especializa em só receber alunos da Educação Infantil. Três professoras responderam o questionário, onde duas delas teve em sua graduação um suporte direcionado para educação inclusiva, mas não obteve nenhum conhecimento específico para trabalhar com crianças com microcefalia. Todas elas relataram que nunca passaram pela experiência de dar aula para esse público e não se sentiriam à vontade com os mesmos. Informaram que o município e a escola não oferecem nenhuma capacitação para trabalhar com alunos deficientes. Duas das três entrevistadas disseram que a escola que trabalha não tem uma infraestrutura adequada para receber esse público e que a mesma não acolheria essas crianças. Uma delas disse que a escola possui uma infraestrutura adequada e que receberia esses alunos.

A quinta escola selecionada para responder o questionário é da rede privada de ensino, ela possui turmas da Educação Infantil até o Ensino Fundamental II. Duas professoras responderam o questionário, onde uma delas não teve em sua graduação nenhum suporte direcionado a educação inclusiva, muito mesmo para alunos com microcefalia, a mesma relatou que nunca trabalhou com esse público e que não se sentira à vontade de dar aula para essas crianças. Já a outra professora, além de ter um suporte em sua graduação sobre educação inclusiva, obteve um conhecimento geral sobre a microcefalia, relatando que se sentiria à vontade de dar aula para esse público, já que além de ter um suporte na sua formação baseado na educação inclusiva ela possui uma pós-graduação em educação especial. Ambas relataram que a escola e o município não oferecem capacitações para trabalhar com alunos deficientes, mas que a instituição que trabalha possui uma ótima infraestrutura e que acolheria esses alunos.

A sexta escola analisada é da rede privada de ensino, onde duas professoras responderam o questionário, ambas tiveram em sua formação um suporte direcionado a educação inclusiva, mas não obtiveram nenhum conhecimento a cerca da microcefalia. Elas nunca passaram pela experiência de dar aula a uma criança com microcefalia e não se sentiram a vontade com esse público em sala de aula, pois as mesmas relatam que não são capacitadas para trabalhar com alunos deficientes, de forma geral. As duas concordaram que a escola não possui uma infraestrutura adequada para receber essas crianças, mas uma delas disse que a instituição que trabalha não acolheria esse público.

É sabido que os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências. (SANT'ANA, 2005, p. 227) Dos doze professores entrevistados cinco não tiveram em sua formação nenhum conhecimento sobre a educação inclusiva. Dessa forma, é preocupante a maneira com que esses docentes vão lecionar havendo em sala de aula, crianças ditas “normais” e aquelas que possuem microcefalia. Sabe-se que é necessário elaborar uma aula que atenda os dois públicos, pois cada pessoa aprende de uma forma diferente e que uma atenção individual do professor a determinado estudante não prejudica o grupo.

É necessário que os docentes entendam que o tipo e a gravidade da seqüela em crianças com diagnóstico com microcefalia pode variar de acordo com a área cerebral acometida. Desse modo, é de grande importância a compreensão da criança especial, para buscar melhores condições da mesma se enquadrar no ambiente escolar. Com isso, é dever do município e da escola oferecer capacitações periódicas para os professores trabalharem com alunos deficientes, principalmente quando se trata da microcefalia, uma condição pouco presenciada em sala de aula, mas que é de grande urgência social. Visto que, é comum que os indivíduos com microcefalia apresentem dificuldades de aprendizagem, demandando a necessidade de acompanhamento por profissionais que possam criar ambientes de aprendizagens diferentes, proporcionando a esse aluno compreender suas dificuldades e superando suas limitações. Portanto, percebe-se que as crianças com microcefalia necessitam de atenção e cuidados específicos.

De acordo com Beraldo (2016): “Mais da metade das famílias que têm bebês com suspeita de microcefalia em Pernambuco são de baixa renda. Levantamento feito no início desse mês pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do estado mostra que das 1.203 notificações de suspeitas de síndrome, 636 envolviam mães inscritas no Cadastro Único por Programas Sociais, criado para que pessoas de baixa renda tenham acesso a políticas públicas de distribuição de renda. Desse total, 77% são consideradas de extrema pobreza, ou seja, fazem parte de famílias cuja renda *per capita* seja de até R\$ 47.” Dessa forma, pode-se dizer que a capacitação de professores referente a alunos com microcefalia deve ser bem mais presentes nas escolas públicas, pois as maiorias dos casos estão relacionados a famílias que possuem baixa renda. Logo,

essas crianças irão estudar em escolas municipais, que precisarão ter uma infraestrutura e professores qualificados para recebê-los.

Para Vygotsky (1987), há potencialidade e capacidade nas pessoas com deficiência, mas entende que, para estas poderem desenvolvê-las, devem ser lhes oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas. Com isso, deve-se oferecer a tais pessoas uma educação que lhes oportunize a apropriação da cultura histórica e socialmente construída, para melhores possibilidades de desenvolvimento. Aprendizagem é a maneira pela qual os valores, comportamentos e conhecimentos são alcançados ou alterados, como produto de formação e experiências. Esta relação pode ser examinada de diferentes maneiras, levando-se em consideração diferentes teorias de aprendizagem (VELÁSQUEZ, 2001).

Uma das perguntas do questionário estava relacionada com o acolhimento das crianças com microcefalia e a infraestrutura adequada para receber este público na escola. Embora o Decreto nº 7.611 de 2011, que fala sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e de outras providências. É visível que muitas instituições deixam a desejar, apresentando problemas como falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada, déficit de profissionais qualificados e ausência de materiais didáticos. Esses são alguns dos obstáculos que dificulta o processo de inclusão. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe as escolas assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, muitas vezes é violado. Essas crianças necessitam de uma atenção constante, pois em alguns casos elas apresentam dificuldades na autonomia em relação à alimentação e higiene. Logo, é necessário que o profissional tenha a habilidade de observação e percepção para identificar o que essas crianças precisam.

Bordin (2009) enfatiza: “A inclusão é um desafio para todos nós e que gera uma desacomodação coletiva e muitas angústias e inquietações não temos dúvidas, temos muitos obstáculos a enfrentar e superar, um deles, por exemplo, é a falta de recursos financeiros das escolas, dificultando a execução de vários projetos que visa à adequação arquitetônica, aquisição de equipamentos, contratação de pessoal especializado, entre outros.”

CONCLUSÃO.

Nota-se, de acordo com o que foi observado, que embora existam leis para melhorar a educação inclusiva, à realidade nas escolas foge dos padrões pré-estabelecidos, onde, de maneira geral tanto as escolas públicas quanto as privadas analisadas estão sem condições de apresentar um trabalho satisfatório para atender as crianças que possuem microcefalia. Visto isso, é de grande importância que haja mudanças na infraestrutura e que esses professores se tornem capacitados para que os alunos com microcefalia possam ser englobados de forma eficaz, e dessa forma, esclarecer para esses profissionais que receber um aluno com deficiência em sala de aula não significa inclusão, há necessidade do preparo do docente para conhecer o tipo de deficiência e a história de vida do aluno.

REFERÊNCIAS.

BERALDO, L. **PE: mais da metade das famílias de bebês com microcefalia são de baixa renda**, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-02/pe-mais-da-metade-das-familias-de-bebes-com-microcefalia-sao-de-baixa-renda>.

BORDIM, M.F. **Escola inclusiva – Um desafio para o Instituto Federal Catarinense Campus Rio Do Sul – SC**. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso- Campus Cuibá- Octay de Jorge Da Silva. Departamento de Pesquisa e Pós- graduação, 2009.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARINHO, F. **Microcefalia no Brasil: prevalência e caracterização dos casos a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2000-1015**, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000400701#aff1.

MEC, **Dúvidas mais frequentes sobre educação infantil**, 2013. Disponível em: <http://nepiec.com.br/Duvidas%20mais%20frequentes%20relacao%20Educacao%20Infantil.pdf>.

REIS, R. P. **Aumento dos casos de microcefalia no Brasil**, 2017. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1848>.

SANT'ANA, I.M. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES**, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginación y el arte en la infancia**. México, Hispánicas, 1987

VELÁSQUEZ, M. *La respuesta jurídico legal ante el acoso moral en el trabajo o Mobbing*, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200008.